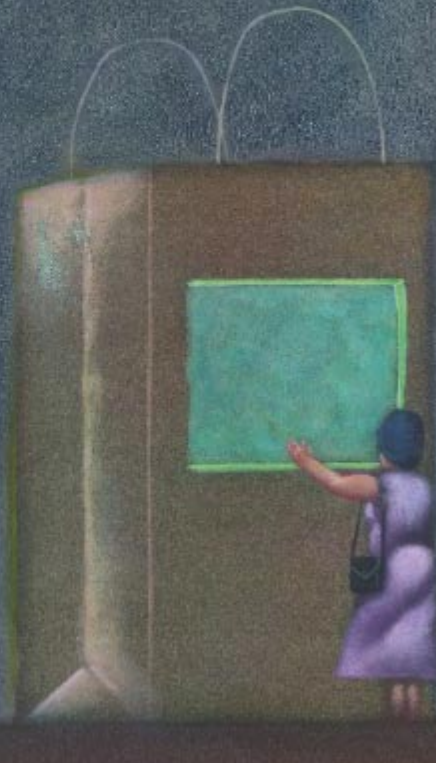


# Rendas, bolsas e a queda da desigualdade

**Marcelo Neri**

*Centro de Políticas Sociais do IBRE e da EPGE*

**Se os cientistas sociais fossem astrônomos e a desigualdade um corpo celeste, a última PNAD seria um supertelelescópio situado no lugar certo e no momento certo**



O PIB *per capita* brasileiro está próximo da média mundial, enquanto a nossa iniquidade interna reproduz as diferenças observadas entre países. Ou seja, a distribuição de renda brasileira é similar àquela observada no mundo. O alto nível e persistência tornam a desigualdade brasileira como um astro visível desde outras partes do globo. Assim como a Índia é o caso emblemático para o estudo da pobreza, e a África do Sul o da discriminação racial, o Brasil fecharia o G3, como o exemplo extremo, e ao mesmo tempo espelho, da desigualdade mundial de renda.

O ano de 2004 foi um ano interessante da desigualdade brasileira, pois ela é mais espetacular que a ocorrida em 1986, ano do Cruzado, explicando dois terços da queda da pobreza então observada. A queda da desigualdade de 2004 dá seqüência a uma tendência de baixa da desigualdade iniciada em 2001. A desigualdade de 2004 atinge o nível mínimo registrado desde meados dos anos de 1970. Mal comparando, se os cientistas sociais fossem astrônomos e a desigualdade um corpo celeste em movimento, a última Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD) seria um supertelelescópio situado no lugar certo e no momento certo para registrar a passagem do astro. Agora será que a queda da desigualdade é transitória ou duradoura? Para responder esta pergunta, olhamos para

os determinantes das mudanças observadas na renda em termos de diferentes tipos de renda. Calculamos o efeito previdência, o efeito bolsa-família e o efeito renda do trabalho sobre o crescimento da renda média, da renda dos pobres e da desigualdade brasileira.

Desenvolvemos e aplicamos para o Brasil em Kakwani, Néri e Son (2006) metodologia que avalia o crescimento de diferentes fontes de renda encontradas na PNAD. Do ponto de vista metodológico, faz duas importantes contribuições para a literatura. Uma delas é a proposta de nova medida do crescimento pró-pobre, no sentido de aumentar a ponderação daqueles com menor renda. Ela permite uma ligação direta entre as taxas de crescimento na renda média e na desigualdade de renda. Neste contexto, o crescimento é definido como pró-pobre (ou antipobre) se existir um ganho (ou perda) no crescimento da taxa devido a um aumento (ou uma queda) na desigualdade. A outra é uma metodologia de decomposição da contribuição de diferentes fontes de renda do mercado de trabalho e mudanças nas políticas sociais.

**Padrão** — Neste contexto, a experiência brasileira mostra um padrão pouco usual de quedas da renda *per capita* real e da pobreza. A princípio, este caso não sustenta a noção de que um positivo (ou negativo) crescimento leva a uma queda (ou aumento) da pobreza. Ainda mais importante, é que o

crescimento negativo no período de 1995/2004 foi pró-pobre, no sentido que os pobres obtiveram ganhos de renda, apesar de as rendas médias em geral terem caído. Assim, houve uma forte queda na desigualdade no período, que deslocou o efeito negativo do crescimento na pobreza.

A fim de captar a contribuição de diferentes fontes de renda, não é suficiente medir as suas respectivas taxas de crescimento, mas temos de levar em conta as suas ponderações na renda. Em 1995, a renda do trabalho correspondia a 82% da renda e 17,9% a não-trabalho. Entretanto, as principais fontes de crescimento da renda, especialmente pró-pobre, se baseiam na última. A queda de -0,63 ponto de porcentagem anual (p.p.a.) da renda *per capita* do período 1995/2004 pode ser decomposta na contribuição adversa de -1,17 p.p.a. da renda do trabalho e 0,54 p.p.a. das demais rendas. Em compensação, diferenças em crescimento pró-pobre foram algo menos pronunciadas. O bem-estar total aumentou 0,73 p.p.a., e a contribuição da renda do trabalho foi -0,60 p.p.a. Por outro lado, a contribuição da renda não-trabalho foi 1,33 p.p.a. no período 1995/2004.

Atenção especial será dada agora às rendas afetadas diretamente por políticas sociais como, por exemplo, benefícios da previdência social e outras fontes de renda não provenientes do trabalho que incluem transferências de recursos de programas sociais e renda de capital — a qual é subestimada nos dados da PNAD. As demais fontes de renda não provenientes do trabalho, como aluguéis e transferências privadas (dinheiro, doações, pensão alimentícia, etc.), fazem parte do que é chamada renda não-social.

A tabela abaixo explica a contribuição bruta de cada componente de renda não proveniente do trabalho para os padrões de crescimento e redução da desigualdade. Os resultados foram obtidos através do método de decomposição Shapely. De acordo com esta tabela, bolsas sociais (e outras rendas) contribuíram majoritariamente para a redução da de-

sigualdade durante o decênio 1995/2004. A sua contribuição bruta é particularmente alta entre 2001 e 2004. Enquanto a renda não-social aparenta ter um papel menor na redução da desigualdade, o impacto bruto da previdência social tem sido muito importante. Durante o primeiro período 1995/2001, o efeito bruto da previdência social resultou num aumento da desigualdade. Sua contribuição bruta para a desigualdade foi maior que as contribuições brutas dos outros dois componentes. No entanto, a soma das contribuições brutas das outras duas fontes compensa a contribuição bruta da previdência social. Em decorrência disto, a desigualdade da renda não proveniente do trabalho no primeiro período mostrou uma pequena queda de 0,12%.

**Liderança** — A previdência social é o principal componente da renda social no Brasil, atrás apenas dos rendimentos trabalhistas dentre todas as fontes de renda cobertas pela PNAD. Em 2004, chegou a 19,55% de todas as fontes de renda e 92,5% da renda social. Informações a respeito dos benefícios da previdência social incluem um sistema de repartição e benefícios não-contributivos, ambos sujeitos a políticas discricionárias de renda. A taxa média de crescimento dos benefícios da previdência social *per capita* foi de 3,25% por ano de 1995 a 2004 (ver tabela). A taxa de crescimento médio da previdência social no primeiro período foi muito mais alta do que no segundo período — 4,69% contra 0,86%. No entanto, o crescimento rápido da previdência social resultou num aumento da desigualdade no Brasil entre 1995 e 2004. O seu impacto adverso causou uma alta de 2,13% da desigualdade no primeiro período. Contudo, o impacto da renda da previdência social sobre a desigualdade foi revertida, quando o seu crescimento diminuiu: levou a uma redução da desigualdade de 3,04% no segundo período.

Em vista da predominância da transferência pública nesta renda agregada, torna-se importante observar a relação da sua contribuição no crescimento pró-pobre com a do crescimento total da renda. Neste sentido, verifica-se qual a quantidade de recursos públicos (como parte da renda total) que são transformados em bem-estar social, numa espécie de análise de custo-benefício. A correspondente elasticidade do crescimento pró-pobre em relação ao crescimento total (ou seja, seu custo fiscal) pode ser explicada pelo aumento da previdência social de 0,45 entre 1995/2001 para 2,82 em 2001/2004, demonstrando uma melhora clara na capacidade dos benefícios da previdência social de atingir as camadas mais pobres da sociedade brasileira.<sup>1</sup> Depois de 1988, o governo adotou uma nova política que atribuía reajustes mais altos para os benefícios mais baixos da previdência social. Durante todo o período entre 1995/2004, esta elasticidade foi de 0,74 — tal elasticidade possibilita comparar o alcance de diferentes tipos de transferências públicas em relação às camadas mais pobres.

**Bolsas** — Outras fontes de renda não-provenientes do trabalho incluem diferentes tipos de renda, desde programas de transferência de dinheiro como o Bolsa-Família até renda de capital, como fluxos de juros pagos pela dívida pública.

**Contribuições das taxas de crescimento através dos componentes de renda**

Período	Renda trabalho	Previdência social	Renda		Renda total
			Bolsas	Renda não-social	
Crescimento Real					
1995-2004	-1,17	0,54	0,06	-0,07	-0,63
1995-2001	-1,02	0,75	0,01	-0,04	-0,30
2001-2004	-1,59	0,17	0,16	-0,10	-1,35
Crescimento pró-pobre					
1995-2004	-0,60	0,40	0,88	0,04	0,73
1995-2001	-0,74	0,34	0,38	0,12	0,10
2001-2004	0,61	0,48	2,00	-0,03	3,07
Desigualdade					
1995-2004	0,57	-0,14	0,82	0,11	1,36
1995-2001	0,28	-0,41	0,37	0,16	0,40
2001-2004	2,20	0,31	1,84	0,07	4,42

Fonte: Kakwani, Neri e Hyun (2006) a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

Espera-se que o aspecto pró-pobre seja distinto entre tais itens, apesar de ambos estarem sujeitos a decisões da política pública e serem mediados pelo Estado. Renda de juros é subestimada pelos dados da PNAD, razão pela qual este conceito de renda não proveniente do trabalho é em grande medida justificada por programas de transferência de dinheiro como o Bolsa-Família.

A tabela mostra a contribuição bruta de outras fontes não provenientes do trabalho para o crescimento total por ano durante os períodos de 1995/2004, 1995/2001 e 2001/2004 foi, respectivamente, de 0,06, 0,01 e 0,16. Isto significa que o papel das transferências de dinheiro para explicar o crescimento da renda é pequeno. No entanto, pelas mesmas razões, os impactos de outras fontes de renda no déficit fiscal também são relativamente brandos. Ainda conforme a tabela, a contribuição bruta de outras fontes de renda não provenientes do trabalho para a redução da desigualdade pesa mais do que a contribuição feita pelos dois outros componentes de renda. Em todo o período de 1995/2004, foi responsável por 0,82% da queda da desigualdade. A sua contribuição bruta foi de 1,84% no último período o que indica que as bolsas são fatores determinantes para a redução da desigualdade no Brasil durante o período.

A elasticidade da contribuição de uma transferência específica para o crescimento pró-pobre, com respeito ao seu custo fiscal (contribuição para o crescimento total) é útil para orientar as políticas direcionadas para os grupos mais pobres da sociedade brasileira. A correspondente elasticidade das fontes de renda não provenientes do trabalho foi de 14,66 entre 1995/2004, mais alta portanto do que a elasticidade dos benefícios da previdência social. Cada ponto percentual na parcela de gastos públicos na renda deste item trouxe uma melhora no crescimento das rendas do pobre de 19,8 vezes maior que o da seguridade social.

Em suma, outras fontes de renda não provenientes do trabalho tiveram um papel dominante no padrão de crescimento pró-pobre, ao mesmo tempo em que tiveram uma contribuição menor para o crescimento total e para as contas fiscais brasileiras. Um pequeno aumento nos programas governamentais de transferência de dinheiro parece exercer um impacto maior que a previdência social nas condições de vida das pessoas pobres. ▣

É possível dividir a informação sobre os benefícios da previdência social em dois regimes: um com benefícios no mesmo

valor do salário mínimo, o piso constitucional e outros. Neri (1998) usou esta abordagem e mostrou que por volta de 60% dos benefícios da previdência social equivaliam a um salário mínimo, enquanto 80% da renda proveniente da previdência social equivaliam a montantes abaixo deste valor. Cada Real adicional que é gasto para reajustar o piso dos benefícios da previdência social resultou numa redução da pobreza 4,5 vezes maior do que um reajuste uniforme de todos os benefícios.

**REFERÊNCIAS:** Kakwani, N., Neri, M, Son, H. "Linkages between Pro-Poor Growth, Social Programmes and Labour Market: The Recent Brazilian Experience", 2006; e Neri, M. (1998) "Análise de Sensibilidade da Relação Custo Fiscal/Benefício Social de Modalidades de Reajuste dos Benefícios Previdenciários", Boletim Conjuntural, nº 42, IPEA, Rio de Janeiro, Brasil.

## A previdência social é o principal componente da renda social no Brasil, atrás apenas dos rendimentos trabalhistas

Atualize seu endereço e receba a revista onde preferir.



**CONJUNTURA  
ECONÔMICA**



conjunturaeconomica@fgv.br

*Informação precisa para quem precisa de informação.*